



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**CONCORRÊNCIA nº 02/2016**

**EDITAL**

A Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria/Reitoria nº 871, de 26 de agosto de 2016, **devidamente autorizada nos autos do processo UFGD nº 23005.001569/2015-32**, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e respectivas alterações, realizará licitação na modalidade de Concorrência nº 02/2016, do tipo "**MENOR PREÇO GLOBAL**", sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, para a seleção de pessoa jurídica prestadora de serviços de engenharia para a **Execução da Obra de Ampliação e Reforma do Restaurante Universitário – RU na Unidade II da UFGD**, em Dourados/MS, mediante as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

**RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES  
“DOCUMENTAÇÃO” e “PROPOSTA”**

**LOCAL:** Rodovia Dourados/Itahum, km 12, **SALA DE LICITAÇÕES**, junto ao prédio da Coordenadoria de Gestão Patrimonial (Salas de Vidro) de frente com prédio do Almoxarifado Central da UFGD na cidade de Dourados/MS.

**DIA:** 16 de novembro de 2016

**HORÁRIO:** 08h30min (hora local)

**Mais informações pelo telefone: (67) 3410-2800.**

**SEÇÃO I - RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

1. Caso no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a esta Concorrência nº 02/2016 realizar-se-ão no primeiro dia útil de funcionamento da Universidade Federal da Grande Dourados que se seguir.
2. No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a esta Concorrência nº 02/2016, com respeito a:
  - 2.1. **Recebimento** dos envelopes de Documentação e Proposta;
  - 2.2. **Abertura** dos envelopes **Documentação** e verificação da situação das licitantes quanto ao atendimento das condições de habilitação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**2.3. Devolução** dos envelopes Proposta às licitantes inabilitadas; e

**2.4. Abertura** dos envelopes Proposta das licitantes habilitadas.

**3.** As decisões da **Comissão Permanente de Licitação** serão comunicadas mediante publicação no Diário Oficial da União e/ou em jornal de grande circulação e/ou no sítio da UFGD, no endereço [www.ufgd.edu.br](http://www.ufgd.edu.br), pelo menos por **1 (um) dia**, salvo com referência àquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício ou e-mail, aos representantes legais das **licitantes**, principalmente, quanto a:

- 3.1.** habilitação ou inabilitação da licitante;
- 3.2.** julgamento das propostas;
- 3.3.** resultado de recurso porventura interposto;
- 3.4.** resultado de julgamento desta Concorrência nº 02/2016.

**4.** As dúvidas a respeito de itens deste Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação serão solucionadas pela Comissão Permanente de Licitação da UFGD, instalada a Rodovia Dourados/Itahum, km 12, em Dourados/MS, assim como pelo telefone (67) 3410-2800 ou ainda pelo e-mail [compras@ufgd.edu.br](mailto:compras@ufgd.edu.br), sempre no horário das 08 as 11 e das 13 às 16 horas, de segunda a sexta-feira.

**5.** Somente serão dirimidas as dúvidas encaminhadas até 5 (cinco) úteis anteriores à abertura dos envelopes.

**5.1.** A resposta da **Comissão Permanente de Licitação** ao pedido de esclarecimento formulado será divulgada mediante publicação de aviso na página *web* do **UFGD**, no endereço <http://portal.ufgd.edu.br/divisao/licitacao/concorrenca>.

## SEÇÃO II - DO OBJETO

**6.** A presente licitação tem como objeto a seleção de pessoa jurídica prestadora de serviços de engenharia para a **Execução da Obra de Ampliação e Reforma do Restaurante Universitário – RU na Unidade II da UFGD**, conforme descrito no Caderno de Especificações Técnicas (Projeto Básico e Procedimentos Executivos) – Anexo I.

**6.1.** A despesa com a execução do objeto de que trata esse edital é estimada em **R\$ 2.209.058,21 (dois milhões, duzentos e nove mil, cinquenta e oito reais e vinte e um centavos)**, conforme o orçamento estimativo disposto nas planilhas.

**6.2.** O edital, acompanhado das planilhas de composição e orçamentária serão disponibilizadas mediante arquivo único durante a divulgação da licitação junto ao portal [comprasgovernamentais](http://comprasgovernamentais).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**6.2.1.** O Edital completo, com os anexos referentes (projeto básico/executivo, memoriais descritivos, manuais, planilhas orçamentária e composição de custos unitários, projetos elétricos, estrutural, hidrossanitário, arquitetônico, PPCIP) e demais documentos estão disponíveis aos interessados por meio do portal da UFGD na internet, no endereço eletrônico:

<http://portal.ufgd.edu.br/divisao/licitacao/concorrencia>.

**6.2.2.** Caso não seja possível o acesso aos arquivos por meio do portal da UFGD, os **licitantes** poderão obter os projetos, em dias úteis, das 08h às 16 horas, junto a Coordenadoria de Compras da UFGD, situada na Unidade 2 da UFGD, Rodovia Dourados/Itahum, km 12 – Dourados, Dourados-DF, telefones (67) 3410-2800/2809.

**6.2.2.1.** O **licitante** deverá trazer DVD, *pen-drive*, HD externo, ou outro dispositivo apto à gravação de todos os arquivos.

**7.** Consideram-se obra os serviços constantes das especificações técnicas (projeto básico e procedimentos executivos), desenhos, plantas e projetos, partes integrantes desta Concorrência nº 02/2016.

**7.1.** Entende-se por projeto o conjunto de desenhos, especificações e demais elementos gráficos contendo as informações técnicas relativas à execução do objeto;

**7.2.** Os projetos executivos fazem partes do edital, estando disponível junto aos arquivos do Anexo I, excluindo-se apenas o projeto executivo em relação à estrutura metálica, que deverá ser elaborado pela contratada concomitantemente a execução da obra conforme §1º do art. 7º da Lei 8666/93:

**7.2.1.** Desta forma, não consta como parte integrante do presente edital projeto executivo referente à execução da estrutura metálica, que deverá ser confeccionado pela contratada concomitantemente a execução da obra, conforme §1º do art. 7º da Lei 8666/93.

**7.3.** O terreno da referida obra situa-se na Unidade II da UFGD, situada na Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, em Dourados/MS.

### SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**8.** Poderão participar desta **CONCORRÊNCIA** nº 02/2016 quaisquer licitantes que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no Capítulo - DA HABILITAÇÃO PRELIMINAR, e que tenham especificado, como objetivo social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, atividade pertinente e compatível com o objeto desta Concorrência nº 02/2016.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**8.1.** O cadastramento da licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de que trata a IN nº 02/2010 SLTI/MPOG, são válidos como parte dos requisitos mínimos da HABILITAÇÃO;

**8.2.** O cadastramento e a habilitação parcial no **SICAF** poderão ser realizados em qualquer unidade dos órgãos/entidades que integram o **Sistema de Serviços Gerais – SIASG**, localizados nas Unidades da Federação.

**9.** Não poderão participar desta Concorrência nº 02/2016:

**9.1.** Consórcios de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

**9.2.** Empresas ou sociedade estrangeira que não funcione no país;

**9.3.** Empresa suspensa de contratar com a UFGD, **na forma do artigo 87, III, da Lei 8.666/93;**

**9.4.** Empresa impedida de licitar ou contratar com a união, seus órgãos ou entidades, quando a pena for imposta com base no **artigo 7º da Lei 10.520/2002;**

**9.5.** Empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, **na forma do artigo 87, IV, da Lei 8.666/93;**

**9.6.** Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Licitação;

**9.7.** Empresas cujos sócios dirigentes ou funcionários sejam servidores da UFGD;

**9.7.1.** A proibição prevista no item em questão, estender-se-á as empresas cujos sócios ou dirigentes possuam cônjuge, companheiro ou parentes, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de servidor ativo ou inativo há menos de 3 (três) anos, ou de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, do quadro de pessoal da Universidade Federal da Grande Dourados/MS;

**9.8.** Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

**9.8.1.** Desde que não estejam a utilizar recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, de forma a caracterizar comando único de gestão, não há impedimento para que empresas que estejam em processo de **fusão, incorporação ou cisão** participem conjuntamente do mesmo certame.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**9.9.** Empresa proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por improbidade administrativa, na forma da Lei 8.429/92;

**9.10.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrarem que não agem representando interesse econômico em comum;

**9.11.** Empresa responsável pela elaboração do projeto básico da licitação, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista, ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

#### **SEÇÃO IV - DO PROCEDIMENTO**

**10.** O representante legal da licitante, identificado por documento hábil, deverá entregar, impreterivelmente, os envelopes **Documentação** e **Proposta** até o dia, horário e local já fixados no preâmbulo.

**10.1.** Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte;

**10.2.** As pessoas que não comprovarem possuir poderes para representação legal das licitantes somente poderão participar da sessão como ouvintes.

**11.** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes **Documentação** e **Proposta** não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final desta Concorrência nº 02/2016, ressalvado o disposto no Item 36.

**12.** Na primeira sessão, os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação serão abertos, na presença das interessadas, pela **Comissão Permanente de Licitação**, que fará a conferência e dará vista da documentação, a qual deverá ser rubricada por todos os representantes legais das licitantes presentes.

**12.1.** Abertos os envelopes referente **Documentação de Habilitação**, a Comissão Permanente de Licitação, a seu juízo exclusivo, poderá apreciar os documentos de cada licitante e, na mesma reunião, divulgar o nome das habilitadas e das inhabilitadas, devendo ser devolvidos às últimas os envelopes **Proposta**, devidamente fechados, depois de vencido o prazo para recurso ou após sua denegação.

**13.** A regularidade do cadastramento e habilitação da licitante que optar por prestar suas informações mediante o **SICAF** será confirmada por meio de consulta *on-line*, quando da abertura dos envelopes **Documentação**.

**14.** Realizada à consulta *on-line*, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada licitante, declarações essas que deverão ser assinadas pelos membros da



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Comissão e por todos os representantes das licitantes presentes. As declarações serão juntadas aos autos do processo licitatório.

**15.** Havendo irregularidade no cadastramento ou na habilitação da licitante que optar por apresentar as informações constantes do SICAF, será a mesma inabilitada.

**16.** No caso de a licitante ser inabilitada por conta de irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço, ter entregado a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o Presidente da Comissão suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao Órgão gestor do SICAF.

**17.** As licitantes que **deixarem** de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope **Documentação**, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido nesta Concorrência nº 02/2016 ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

**18.** Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação de cada licitante.

**18.1.** Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato pela Comissão Permanente de Licitação e conduzam à interrupção dos trabalhos, serão elas consignadas em ata e a conclusão da habilitação dar-se-á em sessão convocada previamente, ou mediante publicação de aviso no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação.

**18.2.** As licitantes serão convocadas a comparecer, ficando os envelopes “Proposta” sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, devidamente rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das licitantes presentes.

**18.3.** Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão estabelecidos pela Comissão Permanente de Licitação para a abertura dos envelopes “Proposta”.

**19.** Após a abertura dos envelopes **Documentação**, os demais, contendo as **Propostas**, serão abertos:

**19.1.** Se houver renúncia, registrada em ata ou formalizada por escrito, de todas as licitantes ao direito de interposição de recurso; ou

**19.2.** Depois de transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou

**19.3.** Após dado a conhecer o deferimento ou indeferimento de recurso interposto.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**20.** As aberturas dos envelopes **Documentação** e **Proposta** serão realizadas em sessão pública, da qual será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes.

**20.1.** Consideradas as ressalvas contidas neste Edital, qualquer reclamação deverá ser feita no ato da reunião pelos representantes legais das licitantes presentes; e

**20.2.** A inabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.

**21.** Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes Documentação e Proposta em um único momento, em face do exame da documentação e da conformidade das propostas apresentadas com os requisitos deste edital, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitação até a data e horário marcados para prosseguimento dos trabalhos.

**21.1.** Quando necessária a realização de nova sessão para continuação dos trabalhos, as empresas participantes serão comunicadas, antecipadamente, através de ofício a ser encaminhado por meio eletrônico (e-mail), e sempre que possível através de publicação no D.O.U.

**22.** Todos os documentos e igualmente as propostas serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão.

**23.** Após a fase de habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

**24.** Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes e abertas as propostas não caberão desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado do julgamento.

**25.** É facultado à **Comissão Permanente de Licitação** ou à autoridade superior, em qualquer fase desta Concorrência nº 02/2016, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.

**26.** Considera-se como representante legal qualquer pessoa investida de poderes pela licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para falar em seu nome durante a reunião de abertura dos envelopes, seja referente à documentação ou à proposta.

**26.1.** Entende-se por documento credencial:

**a) Contrato social**, quando a **pessoa credenciada for sócia** da empresa licitante;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**b) Procuração ou declaração da licitante com poderes** para que a pessoa credenciada possa falar em seu nome em qualquer fase desta licitação;

**26.2.** Cada representante poderá representar apenas uma licitante;

**26.3.** O documento de representação poderá ser apresentado à Comissão Permanente de Licitação no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta", ou quando esta o exigir;

**26.4.** A não apresentação do documento legal de representação não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em seu nome.

**27.** Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas ficarão à disposição dessas empresas pelo período de **10 (dez) dias úteis**, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, quando denegados os recursos interpostos), após o que serão destruídos pela Comissão Permanente de Licitação.

## SEÇÃO V - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

**28.** Até o dia, horário e local fixado no preâmbulo deste Edital, cada licitante deverá apresentar à **Comissão Permanente de Licitação, simultaneamente**, sua documentação e proposta de preço, **em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho**, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social e do CNPJ da licitante, os seguintes dizeres:

### CONCORRÊNCIA Nº 02/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 01**

CNPJ Nº DA EMPRESA

### CONCORRÊNCIA Nº 02/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

**PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 02**

CNPJ Nº DA EMPRESA LICITANTE

## SEÇÃO VI - DA HABILITAÇÃO PRELIMINAR - DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE Nº 1

**29.** A HABILITAÇÃO PRELIMINAR para participar desta Concorrência nº 02/2016 compreende: a critério do licitante, a verificação do seu respectivo registro no **Sistema de**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF** de que trata a Instrução Normativa SLTI nº 02/2010, conforme o nível do cadastramento do licitante.

**29.1. Como condição prévia ao exame da documentação das licitantes, A Comissão Permanente de Licitação** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**29.1.1.** SICAF;

**29.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, disponível no sítio <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>;

**29.1.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa, disponível no sítio [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**29.1.3.1.** A consulta ao cadastro do CNJ será realizada em nome da empresa licitante e também do seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**29.1.4.** Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN<sup>1</sup>

**29.2.** A licitante que NÃO OPTAR por ser verificado o seu cadastro no SICAF, ou mesmo quando optar, mas o seu nível de credenciamento não suprir os documentos de habilitação exigidos nessa licitação, deverá apresentar, dentro do **ENVELOPE Nº 01**, os documentos relacionados a seguir, bem como aqueles relacionados no item 30 deste Edital.

**29.2.1.** Relativos à Habilitação Jurídica:

**a)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**a.1)** os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**b)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e

<sup>1</sup> A verificação de registro positivo junto ao CADIN não impede a contratação da empresa.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---



- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**29.2.2. Relativos à Regularidade Fiscal:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- b.1)** em razão de o objeto do certame se referir a prestação de serviços deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal – ou do Distrito Federal, na hipótese de a licitante ter sua sede em Brasília-DF;
- c) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; e
- c.1)** faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a certidão quanto à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**29.2.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) **balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do **ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI**, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---



**a.1)** Serão considerados aceitos como *na forma da lei* o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**a.1.1)** sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**a.1.2)** sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**a.1.3)** sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**a.1.4)** sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

- fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante** ou em outro órgão equivalente; **OU**
- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**a.1.5)** o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



- b) a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- b.1) as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;
- b.2) se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;
- b.3) Para aferição da boa situação o resultados dos índices deverá ser superior a 1, caso os resultados apresentados sejam iguais ou inferiores a empresa deverá comprovar possuir patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da proposta.

30. **TODAS AS LICITANTES**, inclusive as optantes pelo SICAF, deverão apresentar, dentro do **ENVELOPE Nº 01**, os seguintes documentos:

30.1. **Declaração** de que as informações constantes dos documentos exigidos nos Itens 29.2.1 a 29.2.3 deverão ser verificados pelo cadastramento e habilitação parcial no SICAF (declaração exigida somente para a empresa que pretender que suas condições sejam verificadas junto ao SICAF) – conforme modelo ANEXO IV-A;

30.2. Prova de inscrição ou registro **da licitante** e dos **seus responsáveis técnicos**, junto ao **Conselho de Classe** competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto;

30.3. Comprovação da licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, pelo menos 1 (um) profissional de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo **Conselho de Classe** da região, **detentor(es)** de atestado(s) de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no **Conselho de Classe** da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter o(s) profissional(is) executado serviços relativos à execução de obra de construção civil na área de edificações em prédio público ou privado, com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, com a seguinte parcela:

➤ **Execução de Edifício de um pavimento, de estrutura de concreto armado, com cobertura metálica e área construída contendo instalações hidrossanitárias, elétricas de baixa tensão e cabeamento estruturado.**

*Obs: As parcelas de maior relevância dentro dos atestados deverão ser destacadas, com marca texto ou grifadas, para melhor localização pela Comissão Permanente de Licitação.*

**30.3.1. A comprovação de vínculo profissional** se fará alternativamente com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante com CONTRATANTE, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho, em que conste o profissional como responsável técnico **ou**, ainda, de declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

**30.4.** No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas, não cabendo qualquer alegação ou recurso;

**30.5.** Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Concorrência nº 02/2016;

**30.6.** Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**30.7.** Comprovação de patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da proposta (exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral);

**30.8.** Declaração, observadas as penalidades cabíveis, da superveniência de fato impeditivo de habilitação (exigível somente em caso positivo);

**30.9.** Declaração da licitante, conforme modelo anexo, de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei n.º 9.854/99).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**30.10.** Declaração, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação (artigo 11 do Decreto 6.204, de 2007). (declaração exigida somente para a licitante que pretender se beneficiar dos benefícios previstos na LC 123/2006);

**30.10.1.** Essa declaração deverá ser assinada pelo representante legal da empresa licitante, na forma do modelo anexo.

**30.10.2.** A falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

**30.11.** Declaração de Elaboração independente de proposta conforme modelo anexo.

**30.12.** Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT) que comprove a regularidade da empresa com a JUSTIÇA DO TRABALHO, na forma do artigo 29, inciso V, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei 12.440/2011.

**OBSERVAÇÕES QUANTO AO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO:**

1) todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

2) as declarações relacionadas no **item 30** deverão estar emitidas em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas que as expediram;

3) o representante legal que assinar pela empresa licitante os documentos de que trata o item 30 deverá estar credenciado para esse fim, e ser comprovado se a Comissão Permanente de Licitação vier a exigir; e

4) os documentos pertinentes e exigidos neste Edital, dentro do **ENVELOPE Nº 01**, deverão, **de preferência, ser entregues numerados sequencialmente e na ordem indicada neste Edital**, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**31.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

**31.1.** Em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- d) os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante;

**31.2.** Datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura do **ENVELOPE N.º 01**, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente expedidor (a). “(**Observação:** não se enquadram no prazo de que trata este item os documentos que, pela própria natureza, não apresentem prazo de validade que é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica)”.

**32.** Os documentos exigidos nesta Concorrência nº 02/2016 poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por membro da Comissão Permanente de Licitação ou publicação em órgão da imprensa oficial.

**32.1.** Os documentos serão autenticados pela Comissão Permanente de Licitação, a partir do original, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para o recebimento e abertura dos envelopes documentação;

**32.2.** Serão aceitas somente cópias legíveis;

**32.3.** Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas; e

**32.4.** A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

**33.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte havendo **alguma restrição na comprovação fiscal**, será assegurado, nos termos do § 1º do art. 43 da LC 123/2006, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**33.1.** Entende-se como o momento em que o proponente é declarado vencedor do certame como sendo aquele em que a **Comissão Permanente de Licitação** promove a classificação final das propostas.

**33.2.** A não-regularização da documentação implicará decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

## **SEÇÃO VII - DA PROPOSTA - ENVELOPE Nº 02**

**34.** A proposta de preço contida no **ENVELOPE Nº 02** deverá ser apresentada conforme modelo de proposta na forma do Anexo V, devidamente acompanhada das planilhas orçamentária e de composição de custos, e também em arquivo digital \*.xls (Excel), devendo ser apresentada na seguinte forma:

**34.1.** Em original, de preferência emitida por computador, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricada;

**34.2.** Fazer menção ao número desta CONCORRÊNCIA nº 02/2016 e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e, se houver *e-mail* e o respectivo endereço com CEP, podendo fazer referência ao banco, a agência e respectivos códigos e o n.º da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;

**34.3.** Indicação dos preços conforme previsto nos itens 37 a 42;

**34.4.** Indicação dos prazos conforme previsto nos itens 43 a 45;

**34.5.** Quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante;

**34.6.** EXTRATO DO SIMPLES NACIONAL relativo à última informação à Receita Federal, para as licitantes optantes pelo regime tributário SIMPLES NACIONAL (documento exigido somente apenas para as licitantes optantes pelo regime tributário SIMPLES NACIONAL, com a finalidade para comprovar a adequação dos tributos e respectivas alíquotas incluídas no BDI).

**34.6.1.** Caso a licitante optante pelo regime tributário SIMPLES NACIONAL, por qualquer razão, deixe de apresentar o referido extrato juntamente com o envelope nº 02, ser-lhe-á facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para complementar a documentação, findo o qual, caso não o apresente, a proposta será desclassificada;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**34.6.2.** A opção da licitante pelo regime de tributação pelo SIMPLES NACIONAL poderá ser verificada junto ao site da Receita Federal do Brasil<sup>2</sup>.

**34.6.3.** Caso seja constatado que a licitante, detentora da proposta de menor valor, optante pelo SIMPLES NACIONAL, tenha apresentado o EXTRATO DO SIMPLES NACIONAL, mas utilizado alíquotas incorretas para a composição do BDI, a mesma será convocada para, que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, possa apresentar proposta corrigida, sob pena de desclassificação.

a) Visando atender o prazo determinado no item anterior a empresa poderá apresentar a proposta em arquivo digital em formato “pdf” e desde que devidamente assinada, podendo a via original ser entregue em até 05 (cinco) dias úteis.

**34.7.** Caso a licitante, por qualquer razão, não apresente o arquivo digital \*.xls (excel) juntamente com o envelope nº 02, a CPL lhe concederá prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para regularização, prazo esse que será contado a partir do momento em que a licitante for convocada expressamente para promover a regularização. Não atendendo, injustificadamente, no prazo fixado pela CPL, a licitante será desclassificada do certame.

**35.** As licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os desenhos e informações fornecidos para execução dos serviços:

**35.1.** No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita à Comissão Permanente de Licitação, no prazo estabelecido no Item 5 deste Edital, para fins de esclarecimento por parte da Comissão.

**36.** Em nenhuma hipótese o conteúdo das propostas poderá ser alterado, sejam com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação.

**36.1.** A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “PROPOSTA” e com poderes para esse fim, sendo desclassificada a licitante que não satisfizer tal exigência;

**36.2.** A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope n.º 01 - DOCUMENTAÇÃO; e

---

<sup>2</sup> <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/Servicos/Grupo.aspx?grp=10>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



## **SEÇÃO VIII - DOS PREÇOS**

**37.** A licitante deverá indicar os preços unitários e totais por item e subitem, conforme planilha constante do ANEXO II, e ainda, o valor global da proposta.

**37.1.** A licitante deverá indicar o percentual do BDI, detalhando todos os seus componentes, também em forma percentual, **conforme itens 41 e 42;**

**37.2.** A licitante deverá apresentar junto com a proposta, ainda, a **composição** de todos os custos unitários dos itens e subitens da planilha orçamentária, discriminando as parcelas referentes à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

**37.2.1.** Para fins de aceitação da proposta apresentada, os licitantes **não poderão apresentar quantidade de materiais ou serviços inferiores** àqueles previstos na planilha orçamentária constantes do ANEXO II.

**38.** Os quantitativos indicados na planilha constante deste Edital são estimativos, não acarretando à Administração da Universidade Federal da Grande Dourados qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento.

**39.** Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos. Os impostos, as taxas, as despesas indiretas e o lucro bruto da licitante deverão estar considerados em item específico-BDI da planilha de quantidades e preços – Anexo II deste Edital.

**39.1.** A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

**40.** Só será aceita cotação em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismo arábico e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.

## **SEÇÃO IX - COMPOSIÇÃO DO BDI**

**41.** Todos os licitantes deverão apresentar como parte integrante de suas propostas, composição analítica do BDI (bonificação e despesas indiretas) segundo a fórmula:

$$\text{BDI} = [(1+AC+S+G+R)*(1+DF)*(1+L)]/(1-I) - 1$$

onde:

AC = Administração Central;

DF = Despesas Financeiras;

R = Riscos e Garantias;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



SG = Seguro + Garantia

L = Lucro;

I = Impostos (ISS, COFINS, CPRB e PIS).

**41.1.** As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis às alíquotas a que estiverem obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006;

**41.1.1.** Visando comprovar as alíquotas utilizadas na elaboração do seu BDI, as empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar o EXTRATO DO SIMPLES NACIONAL relativo à última informação à Receita federal, para as licitantes optantes por este regime tributário;

**41.1.2.** Ao compor o seu BDI, as empresas optantes pelo regime tributário SIMPLES NACIONAL deverão excluir os percentuais fixados no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006 para os tributos de IRPJ e CSLL, devendo alocar o custo de tais tributos na taxa de lucro, que não poderá ser superior à taxa de lucro já estimada no edital (acórdão 2622/2013 – Plenário do TCU);

**41.1.3.** Durante a execução do futuro contrato, fica assegurado à licitante vencedora optante pelo regime tributário do SIMPLES NACIONAL, bem como à UFGD, a revisão do equilíbrio econômico e financeiro do contrato visando à alteração das alíquotas previstas no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006, seja para mais, seja para menos, conforme o aumento ou a redução da receita bruta da licitante quando da edição da nota fiscal, devendo sempre ser apresentado, para conferência pela UFGD, o respectivo EXTRATO DO SIMPLES NACIONAL, atualizado, na forma do artigo 65, inciso II, alínea “d”, E § 5º, DA Lei 8.666/93.

**41.2.** A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

**42.** No orçamento estimado pela UFGD, foram adotados os seguintes valores, que conduziram a um BDI de **28,50%**:

**COMPOSIÇÃO BDI**

AC = Administração Central	4,00%
----------------------------	-------



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



DF = Despesas Financeiras	1,39%
R = Riscos	1,27%
S+G = Seguro + Garantia	0,80%
L = Lucro	6,16%

Os impostos incidentes sobre o faturamento considerados foram:

ISS	3,00 %
COFINS	3,00 %
CPRB	4,50 %
PIS	0,65 %

## **SEÇÃO X - DOS PRAZOS**

**43.** A obra deverá ser executada no prazo máximo de 240 (duzentos) dias corridos, conforme definido em cronograma físico-financeiro, observado o item 43.1 deste Edital e a proposta apresentada pela contratada.

**43.1.** O prazo para início da obra será de até 5 (cinco) dias corridos contado a partir da emissão da Ordem de Serviço expedida e o da conclusão será o proposto pela licitante vencedora, se inferior ao máximo definido no *caput* deste item;

**43.2.** Quaisquer serviços a serem realizados fora do horário normal/comercial de funcionamento da empresa, que seja aos sábados, domingos e feriados, deverá ser previamente comunicado à fiscalização da UFGD e não implicará em nenhuma forma de acréscimo ou majoração do preço pactuado para a execução da obra licitada, razão pela qual será improcedente a reivindicação de restabelecimento de equilíbrio econômico – financeiro, bem ainda, “horas-extras” ou “adicionais-noturnos”, uma vez que a licitante vencedora se obrigará a dimensionar o horário dos trabalhos de acordo com os parâmetros apontados nesta Concorrência nº 02/2016.

**44.** O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra a ser emitido por Comissão designada pela autoridade competente.

**45.** A proposta deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, contada da data estabelecida no preâmbulo desta Concorrência nº 02/2016 para o recebimento dos envelopes “Documentação” e “Proposta”.

**46.** Caso os prazos estabelecidos nos itens anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

**47.** Os prazos previstos no Item 43 e Subitem 43.1, poderão ser excepcionalmente prorrogados, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, e desde que





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração da Universidade Federal da Grande Dourados.

**48.** Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Universidade Federal da Grande Dourados, poderá ser solicitada prorrogação geral da validade referida a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo.

**49.** Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento e início da abertura dos envelopes, sem a solicitação ou a convocação de que tratam os itens 48 e 68, respectivamente, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

### **SEÇÃO XI - DO ENQUADRAMENTO LEGAL DA LICITAÇÃO**

**50.** Trata-se de licitação do tipo Concorrência nº 02/2016 enquadrada nos artigos 10, inciso II, alínea “b”, 22, inciso I, e 45, § 1º, inciso I, todos da Lei n.º 8.666/93.

### **SEÇÃO XII - DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**51.** Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei n.º 8.666/93, as propostas que:

**51.1.** Apresentarem preços excessivos ou com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto; e

**51.2.** Não atenderem às exigências contidas nesta Concorrência nº 02/2016;

**51.3.** Não apresentarem a planilha orçamentária de custos unitários;

**51.4.** Não apresentarem a composição de todos os custos unitários dos itens/subitens da planilha orçamentária de custos unitários.

**52.** Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

**a)** média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

**b)** valor orçado pela Administração.

**52.1.** Das licitantes classificadas na forma das alíneas “a” e “b” do Item 52 cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas “a” e “b” deste Item, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93, igual à diferença entre o valor resultante do item anterior e o valor da correspondente proposta.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**53.** Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação e/ou de outras propostas, escoimadas das causas referidas no Item anterior.

### **SEÇÃO XIII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**54.** Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido nesta Concorrência nº 02/2016 e seus Anexos será declarada como mais vantajosa para a Administração a oferta de menor preço global.

**55.** A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Universidade Federal da Grande Dourados ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar-se na sua decisão.

**55.1.** A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar das licitantes, para efeito de análise e caso entenda necessário, a apresentação das seguintes informações:

**55.1.1.** Relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos preços ofertados.

**55.2.** A fim de evitar distorções nos preços unitários da proposta de menor preço global (súmula 259 do TCU e artigo 40, inciso X, da Lei 8.666/93), a Comissão Permanente de Licitação, com o apoio da Equipe Técnica da UFGD efetuará análise individual dos itens cotados nas propostas das licitantes, mediante o seguinte procedimento:

**55.2.1.** Caso se verifique na proposta de menor valor global a ocorrência de itens com preços superiores aos orçados pela Universidade Federal da Grande Dourados (Anexo II), a Comissão Permanente de Licitação suspenderá os trabalhos e abrirá prazo de 2 (dois) dias úteis à licitante para que ela apresente relatório técnico circunstanciado justificando a composição e os preços dos serviços;

**55.2.2.** Caso as justificativas apresentadas não sejam acatadas pela Comissão Permanente de Licitação, a licitante deverá adequar sua proposta ao orçamento base elaborado pela UFGD, sob pena de desclassificação da proposta. A adequação da proposta referida nessa condição será feita apenas aos itens unitários onde for verificado o sobre preço;

**55.2.3.** Caso haja divergência entre o preço unitário apresentado na planilha orçamentária de preços da licitante (orçamento sintético) e aquele apresentado na composição de custos (orçamento analítico), prevalecerá sempre este último.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**56.** Após a análise das propostas apresentadas, em confronto com as exigências deste Edital, será considerada como licitante vencedora aquela detentora do menor preço global.

**56.1.** Considera-se preço global o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços apresentada para a construção da obra.

**57.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Concorrência nº 02/2016, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes.

**58.** Não se admitirá proposta que apresentar preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que esta Concorrência nº 03/2012 não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**59.** À Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem, ainda, em seus Anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste Edital.

#### **SEÇÃO XIV - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**60.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, e desde que não seja o caso de aplicação do subitem 60.1, será efetuado sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

**60.1.** Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, desde que atendidas as exigências habilitatórias e feitos os devidos ajustes nas respectivas planilhas, de maneira a adequá-las ao novo valor apresentado, será adjudicado em seu favor o objeto desta Concorrência;

**b)** não saindo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**c)** no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo de valor descrito no *caput* deste



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



subitem, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

**60.2.** Na hipótese da alínea “a”, a Comissão Permanente de Licitação concederá prazo de 1 (um) dia útil para a correção nas planilhas, sob pena de desclassificação da proposta.

## **SEÇÃO XV - DA VISTORIA**

**61.** A licitante **poderá vistoriar** o local onde será executada a obra objeto desta Concorrência nº 02/2016 até o último dia útil anterior à data fixada no preâmbulo do Edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário, em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada no preâmbulo do Edital, em companhia de servidor (a) da UFGD, de segunda a sexta-feira, das 08 às 11 e de 14 às 16 horas.

**61.1.** A UFGD coloca-se à disposição para o agendamento de visitas ao local da obra, o qual deverá ser previamente solicitado à Divisão de Projetos da Prefeitura Universitária da UFGD pelo telefone (67) 3410-2763;

**61.2.** Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os **licitantes** não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta **Concorrência**.

## **SEÇÃO XVI - DO DIREITO DE PETIÇÃO**

**62.** Observado o disposto no artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, a licitante poderá apresentar recurso ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante ou do julgamento das propostas, anulação ou revogação desta Concorrência nº 02/2016.

**62.1.** Para efeito do disposto no § 5º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93, ficam os autos desta Concorrência nº 02/2016 com vista franqueada aos interessados.

**63.** Interposto, o recurso será comunicado às demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Findo esse período, impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, ao Pró-reitor de Administração da Universidade Federal da Grande Dourados.

**64.** Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante que pretender modificação total ou parcial das decisões da Comissão Permanente de Licitação deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, anexando-se ao recurso próprio.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**64.1.** O recurso interposto deverá ser comunicado à **Comissão Permanente de Licitação**, logo após ter sido protocolizado no **Setor de Protocolo da UFGD**, situado na Rua João Rosa Góes, 1761 – Vila Progresso – CEP 79.825-070 – Dourados/MS.

## **SEÇÃO XVII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**65.** A execução dos serviços correspondentes ao objeto desta Concorrência nº 02/2016 será adjudicada GLOBALMENTE a uma única empresa, depois de atendidas os itens do Edital e seus anexos.

**65.1.** A adjudicação e homologação desta licitação competem ao Pró-Reitor de Administração da UFGD.

## **SEÇÃO XVIII - DO TERMO DE CONTRATO**

**66.** Sem prejuízo do disposto no Capítulo III a IV da Lei n.º 8.666/93, o contrato referente à execução do objeto licitado será formalizado e conterà, necessariamente, os itens já especificados neste Ato Convocatório.

**67.** Quaisquer condições apresentadas pela adjudicatária em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao contrato a ser assinado desde que compatíveis com os dispositivos legais e com as condições deste **Edital**.

## **SEÇÃO XIX - DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO**

**68.** A Universidade Federal da Grande Dourados convocará oficialmente a adjudicatária, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, assinar o contrato sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

**69.** O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da Universidade Federal da Grande Dourados.

**70.** É facultada à Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar esta Concorrência nº 02/2016, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

**70.1.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



a) o disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

## **SEÇÃO XX - DO SEGURO**

**71.** A contratada deverá fazer em companhia idônea e apresentar à Universidade Federal da Grande Dourados, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do Contrato, seguro contra riscos de engenharia, com validade para todo o período de execução da obra.

**71.1.** Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à coisa pública, propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução da obra.

**72.** A contratada deverá, ainda, na forma da lei, fazer e apresentar, no mesmo prazo estipulado no item imediatamente anterior, seguro obrigatório contra acidentes de trabalho, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice.

## **SEÇÃO XXI - DA GARANTIA**

**73.** Será exigida da contratada, também no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, contados da data da assinatura do Contrato, a apresentação de comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, **com validade ou vigência mínima de até 90 dias após a extinção do contrato (seja por rescisão ou outro motivo qualquer)**, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

**73.1.** A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada em caderneta de poupança em favor da Universidade Federal da Grande Dourados.

**73.2.** Caso faça opção pela caução em títulos da dívida pública, a licitante deverá transferir a posse dos títulos para a Administração até o adimplemento da obrigação contratual ou satisfação da sanção.

**74.** A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela contratada referentes à:

**74.1.** Prejuízos ou danos causados a CONTRATANTE;

**74.2.** Prejuízos ou danos causados a terceiros pela contratada;

**74.3.** Toda e qualquer multa contratual;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**74.4.** Débitos da empresa para com os encargos previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição, verbas rescisórias etc;

**74.5.** Quaisquer prejuízos decorrentes do não cumprimento de obrigações assumidas pela contratada no presente contrato.

## **SEÇÃO XXII - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**75.** A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

## **SEÇÃO XXIII - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**76.** O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, com a apresentação das justificativas adequadas a esta Concorrência nº 02/2016.

**77.** Na forma do art. 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/1993, e desde que haja interesse da UFGD, o valor inicial do contrato poderá ser aumentado ou suprimido, nos casos gerais, em até 25% (vinte e cinco por cento), bem como aumentado ou suprimido, no caso de reforma, em até 50% (cinquenta por cento).

**77.1.** A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária;

**77.2.** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido neste item, salvo as supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes;

**77.3.** A Universidade Federal da Grande Dourados poderá alterar unilateralmente o Contrato nos seguintes casos:

**a)** quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; e

**b)** quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos no artigo 65 da Lei de Licitações.

**78.** Em caso de supressão da obra, se a licitante vencedora já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Universidade Federal da Grande Dourados pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

## **SEÇÃO XXIV- DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**79.** O contrato terá vigência de 330 (trezentos e trinta) dias contados da data limite para início da execução da obra, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

**80.** Desde que obedecido o disposto no § 2º do artigo 57 da Lei 8.666/93, o contrato poderá ter sua vigência prorrogada caso fique configurada alguma das hipóteses previstas no § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

**SEÇÃO XXV- DOS ENCARGOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS E DA LICITANTE VENCEDORA**

**81. Caberá a Universidade Federal da Grande Dourados:**

**81.1.** Permitir o livre acesso dos empregados da licitante vencedora ao local da obra;

**81.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da licitante vencedora;

**81.3.** Acompanhar e fiscalizar o andamento da obra, por intermédio de servidor formalmente designado, que deverá, ainda, após os relatórios efetuados pela área de engenharia, atestar as faturas;

**81.4.** Autorizar quaisquer serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido a Universidade Federal da Grande Dourados e aprovado pela Administração, desde que comprovada a necessidade deles;

**81.5.** Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela Universidade Federal da Grande Dourados ou com as especificações constantes do Edital e seus anexos;

**81.6.** Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes do Caderno de Especificações Técnicas – Anexo I.

**82. Caberá à licitante vencedora:**

**82.1.** Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas **decorrentes** da execução da obra, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte; e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

**82.2. Apresentar à CONTRATANTE, mensalmente, os seguintes documentos:**

a) EXTRATO DO SIMPLES NACIONAL relativo à última informação à Receita Federal, visando comprovar as alíquotas utilizadas na elaboração do seu BDI, para as empresas optantes pelo Simples Nacional deverem apresentar o para as licitantes optantes por este regime tributário;

b) cópia da folha de ponto, devidamente assinada, dos empregados alocados na obra, relativamente ao mês anterior;

c) cópia analítica da folha de pagamento dos empregados alocados na obra, relativamente ao mês anterior;

d) cópia dos contracheques dos empregados alocados na obra, devidamente assinados e detalhados, relativamente ao mês anterior;

e) cópia da guia GFIP relativamente ao mês/competência anterior, devendo ser apresentada com todos os seus detalhamentos, inclusive com o “conectividade social”.

f) cópia das CTPS dos empregados que forem admitidos no mês;

g) cópia dos termos de rescisão de contrato de emprego que forem firmados no mês.

**82.3.** Manter, ainda, os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Universidade Federal da Grande Dourados;

**82.4.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração da Universidade Federal da Grande Dourados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução da obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela UFGD;

**82.5.** Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Universidade Federal da Grande Dourados, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução da obra;

**82.6.** Arcar com despesa decorrente de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus empregados na obra da Universidade Federal da Grande Dourados;

**82.7.** Assumir inteira e total responsabilidade pela execução da obra, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar;

**82.8.** Verificar e comparar todos os desenhos e informações fornecidos para execução dos serviços:

a) no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



imediate comunicação escrita a Universidade Federal da Grande Dourados, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento da obra.

**82.9.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados referentes à obra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela contratada, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização;

**82.10.** Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;

**82.11.** Fornecer instalações adequadas para a fiscalização da obra;

**82.12.** Instalar uma placa de identificação da obra com os dados necessários e na forma da legislação pertinente;

**82.13.** Remover o entulho, lixo e todos os materiais que sobram, promovendo a limpeza do local da obra, durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final, dando destinação em conformidade com as exigências legais;

**82.14.** Prestar a garantia em relação aos serviços, exigida pelo presente Edital, conforme o disposto no § 1º do art. 56 da Lei n.º 8.666/93;

**82.15.** Submeter à aprovação da fiscalização da Universidade Federal da Grande Dourados, antes do início dos trabalhos, a relação nominal de seu pessoal técnico envolvido com a execução da obra;

**82.16.** Permitir, aos técnicos da UFGD e ao respectivo serviço de apoio, ou mesmo a quem esta indicar formalmente, acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados com o objeto ora licitado;

**82.17.** Fornecer e preencher o Diário de Obra, conforme Itens 92 e 93 do presente Edital;

**82.18.** Comunicar à Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

**82.19.** Responsabilizar-se pela construção, operação, manutenção e segurança do canteiro de obras, vigilância, organização e manutenção do esquema de prevenção de incêndio, bem como outras construções provisórias necessárias, conforme previsto no Caderno de Especificações Técnicas – Anexo I;

**82.20.** Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela fiscalização da Universidade Federal da Grande Dourados e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**82.21.** Responsabilizar-se por todo transporte necessário à prestação dos serviços contratados, bem como por ensaios, testes ou provas necessários, inclusive os mal executados;

**82.22.** Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas **Especificações Técnicas – Anexo I**, sempre que a fiscalização da Universidade Federal da Grande Dourados julgar necessário;

**82.23.** Providenciar, após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no Conselho de Classe da região onde os serviços serão realizados, entregando uma via à fiscalização da Universidade Federal da Grande Dourados;

**82.24.** Exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-a à fiscalização da Universidade Federal da Grande Dourados, quando solicitado;

**82.25.** Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;

**82.26.** Submeter à aprovação da fiscalização da Universidade Federal da Grande Dourados, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado;

**82.27.** Submeter à fiscalização da Universidade Federal da Grande Dourados as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;

**82.28.** Entregar o Termo de Garantia dos materiais fornecidos, garantia essa de no mínimo 5 (cinco) anos, a contar da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo. A garantia incluirá mão-de-obra e substituição de peças ou materiais, desde que não fique caracterizado o uso inadequado por parte do usuário;

**82.29.** Garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro;

**82.30.** Durante o período de garantia de que tratam os Subitens 82.28 e 82.29, a licitante vencedora deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pela Universidade Federal da Grande Dourados, atender aos chamados da fiscalização da UFGD no prazo máximo de 15 (quinze) dias corrido, contado da comunicação oficial; e

**82.31.** Manter, durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Concorrência nº 02/2016.

**83.** Caberá, ainda, à licitante vencedora, como parte de suas obrigações:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**83.1.** Efetuar o registro do Contrato no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/MS, cumprindo-se o disposto da Lei n.º 6.496, de 07.12.77;

**83.2.** Indenizar ou restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos;

**83.3.** Remanejar quaisquer redes ou empecilhos, porventura existentes no local da obra; e

**83.4.** Cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

**84. Das Ações De Responsabilidade Ambiental**

**84.1.** Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelos órgãos competentes.

**84.2.** Em se tratando de área de preservação, os serviços deverão ser pautados também segundo plano de manejo da área em questão.

**84.3.** Os materiais básicos empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto e o que está definido em plano de manejo e, ainda o previsto abaixo:

**84.3.1.** Sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

**84.3.2.** Sejam observados, quando possível, os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**84.4.** Os materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**84.5.** Não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**84.6.** Seja priorizado o uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---



**84.7.** Priorizar a utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;

**84.8.** Comprovar a origem da madeira a ser utilizada na execução dos serviços;

**84.9.** Deve ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução, conservação e operação.

**84.10.** Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

**84.11.** Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

**84.12.** Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

**84.13.** Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

**84.14.** Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

**84.15.** Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

**84.16.** Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

**84.17.** A qualquer tempo a Universidade Federal da Grande Dourados poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

**84.18.** A CONTRATADA deverá retirar, sob orientação da Fiscalização, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela Universidade Federal da Grande Dourados.

**84.19.** Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental, sanitária vigente e plano de manejo.

## **SEÇÃO XXVI - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS**

**85.** À licitante vencedora caberá, ainda:

**85.1.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Universidade Federal da Grande Dourados;

**85.2.** Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Universidade Federal da Grande Dourados;

**85.3.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a esse processo licitatório e respectivo contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência; e

**85.4.** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Concorrência nº 02/2016.

**86.** A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Universidade Federal da Grande Dourados, nem poderá onerar o objeto desta Concorrência nº 02/2016, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Universidade Federal da Grande Dourados.

## **SEÇÃO XXVII - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

**87.** Deverá a licitante vencedora observar o seguinte:

**87.1.** É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal da Universidade Federal da Grande Dourados durante a vigência do contrato;

**87.2.** É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca desta Concorrência nº 02/2016, salvo se houver prévia autorização da Administração da Universidade Federal da Grande Dourados; e

**87.3.** É vedada a subcontratação total dos serviços objeto desta Concorrência nº 02/2016.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**87.3.1.** A subcontratação parcial dos serviços só será admitida se previamente autorizada pela Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, sendo necessário observar:

- a) as parcelas do objeto para as quais se exige capacitação técnico-profissional não podem ser subcontratadas;
- b) a empresa subcontratada deverá comprovar perante a Administração da UFGD que está em situação regular perante a Fazenda Pública, inclusive quanto à Previdência Social e o FGTS;
- c) entre os diretores, responsáveis técnicos ou sócios da empresa subcontratada não poderão constar funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado da UFGD.

## **SEÇÃO XXVIII - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**88.** Caberá à licitante vencedora providenciar, junto ao órgão fiscalizador competente, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

**89.** O responsável técnico pelos serviços a serem desenvolvidos deverá ter vínculo formal com a contratada, e deverá ser o indicado na fase de habilitação do certame licitatório.

**89.1.** É admitida a substituição do responsável técnico a que alude a item supra por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração da UFGD.

## **SEÇÃO XXIX - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**90.** A execução da obra será acompanhada e fiscalizada pela Equipe Técnica da Universidade Federal da Grande Dourados, devendo:

**90.1.** Promover as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no Cronograma Físico-Financeiro; e

**90.2.** Atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

**91.** Além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços, a Equipe Técnica, poderá ainda sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

**92.** A contratada providenciará e manterá Diário de Obras (livro de capa resistente) com páginas numeradas e rubricadas pela fiscalização, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**92.1.** Ao final da obra, o Diário referido será de propriedade da Administração da Universidade Federal da Grande Dourados.

**93.** A fiscalização da UFGD anotarà em Diário de Obra, a ser fornecido pela licitante vencedora, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**93.1.** O Diário de Obra deverá ter todas as suas páginas numeradas em ordem sequencial, de 01 (um) a 50 (cinquenta), em 3 (três) vias, e rubricadas pela fiscalização. Caberá ao responsável técnico da licitante vencedora o seu preenchimento. Será dada ciência do preenchimento do Diário à fiscalização dos serviços que, após efetuar no Diário as anotações mencionadas no caput do presente item, destacará a primeira via de cada página, para seu controle e arquivo. A segunda via será destacada e arquivada pela licitante vencedora, ficando a terceira via no próprio Diário.

**94.** A contratada deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação da Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

**95.** A contratada deverá manter no local da obra, durante a sua execução, 01 (um) engenheiro residente em tempo integral, inscrito no CREA e aceito pela Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, que na ausência do responsável técnico, se não for o próprio, irá representá-la sempre que for necessário.

**96.** A fiscalização da Universidade Federal da Grande Dourados anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**97.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Equipe Técnica para a fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

### **SEÇÃO XXX - DA ATESTAÇÃO**

**98.** A atestação das faturas referente às etapas da obra objeto deste Contrato caberá ao servidor (gestor) designado pela UFGD para realizar a fiscalização do contrato, a quem caberá se valer do apoio da área de engenharia e de outros setores técnicos da Universidade.

### **SEÇÃO XXXI - DA DESPESA**

**99.** A importância com a execução da obra objeto desta Concorrência nº 02/2016, mediante a emissão da respectiva nota de empenho, correrá à conta dos recursos consignados no orçamento da UFGD - Programa de Trabalho 2080, Fonte de recursos 4002 e 8282, PI: M4002G42077, elemento orçamentário 34490.51.91 – Obras em andamento.

### **SEÇÃO XXXII - DO PAGAMENTO**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**100.** Obedecido ao Cronograma Físico-Financeiro, a licitante vencedora solicitará ao órgão competente da Universidade Federal da Grande Dourados a medição dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela fiscalização, a licitante vencedora apresentará nota fiscal/fatura de serviços para liquidação e pagamento da despesa pela Universidade Federal da Grande Dourados, mediante ordem bancária creditada em conta corrente no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação dos documentos ao setor de pagamentos da Universidade Federal da Grande Dourados, situada na Unidade I da UFGD – Rua João Rosa Góes, 1761, Dourados/MS, CEP 79.825-070.

**100.1.** Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização;

**100.2.** As medições serão efetuadas pela fiscalização, obedecendo-se o cronograma físico-financeiro, a **planilha** e a especificações e os desenhos do projeto.

**100.2.1.** Nas medições será emitido o “Boletim de Medição dos Serviços”, em duas vias, ambas assinadas com o “De acordo” do Responsável Técnico, que ficará com uma das vias;

**100.2.2.** Serão emitidos os “Boletins de Medição dos Serviços”, em duas vias, que deverão ser assinadas com o “De acordo” do Responsável Técnico, o qual ficará com uma das vias;

**100.3.** A critério da fiscalização e no exclusivo interesse da Universidade Federal da Grande Dourados, as medições poderão ser feitas considerando-se os materiais e equipamentos fornecidos e depositados no canteiro da obra. Neste caso, o valor a ser levado em conta para efeito de pagamento será o custo dos materiais e equipamentos constante das composições de custos unitários apresentadas pela licitante vencedora:

**100.3.1.** Entende-se por custo a cotação de preço apresentada pela licitante vencedora nesta Concorrência nº 02/2016 menos o BDI contratual; e

**100.3.2.** O BDI relativo aos materiais e equipamentos, bem, ainda, a parcela dos serviços relativos à mão-de-obra e respectivo BDI, serão pagos após a efetiva e completa aplicação dos materiais e instalação dos equipamentos.

**101.** Sem prejuízo de outras exigências contidas neste edital e no contrato, o pagamento da primeira fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer após a comprovação do cumprimento dos itens 71 (DO SEGURO) e 73 (DA GARANTIA) deste edital e mediante apresentação dos seguintes documentos:

**101.1.** Registro da obra no CREA/MS;

**101.2.** Matrícula da obra no INSS; e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**101.3. Relação dos Empregados - RE.**

**102.** A Universidade Federal da Grande Dourados reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados, os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

**102.1.** Por ocasião dos pagamentos, deverá ser observado, ainda, se a licitante vencedora encontra-se em dia para com suas obrigações fiscais (municipal, estadual e federal), inclusive no que concerne aos créditos previdenciários, FGTS/CAIXA e Justiça do Trabalho.

**103.** A Universidade Federal da Grande Dourados poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora nos termos desta Concorrência nº 02/2016.

**104.** O prazo de pagamento do fornecimento e dos serviços será contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**104.1.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Universidade Federal da Grande Dourados, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão calculados com a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$  Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$   $I = \frac{(6/100)}{365}$   $I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**104.2.** A compensação financeira prevista neste item será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

### **SEÇÃO XXXIII - DAS SANÇÕES**

**105.** Salvo as situações específicas contidas no item 106.1 (Advertência) deste edital, o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a licitante vencedora à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**105.1.** Em caso de não cumprimento das etapas do cronograma físico-financeiro da obra, será aplicada à empresa contratada, por ocasião de cada medição, multa equivalente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

**105.2.** Será tolerada, em cada medição, a defasagem do cronograma físico-financeiro de até 10% (dez por cento).

**106.** Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Concorrência nº 02/2016, a Universidade Federal da Grande Dourados poderá garantir a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

**106.1.** Advertência;

**106.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

**106.3.** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**106.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração da Universidade Federal da Grande Dourados pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**107.** Pelos motivos que se seguem, principalmente, a licitante vencedora estará sujeita às penalidades tratadas nos itens anteriores:

**107.1.** Pela recusa injustificada em assinar o Contrato, exceto aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666/93;

**107.2.** Pela não apresentação da apólice de seguro contra riscos de engenharia e acidentes de trabalho, conforme disposto nos itens 71 e 72;

**107.3.** Pela não apresentação da garantia de que trata o item 73;

**107.4.** Pelo atraso no início da execução da obra, em relação ao prazo proposto e aceito;

**107.5.** Pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro;

**107.6.** Pela recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na execução da obra, que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data da rejeição; e

**107.7.** Pela recusa em refazer qualquer serviço que vier a ser rejeitado, caracterizada se a medida não se efetivar no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data de rejeição.

**108.** Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Universidade Federal da Grande Dourados e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

**109.** Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela Universidade Federal da Grande Dourados, em relação a um dos eventos arrolados no item 107, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

**110.** As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

#### **SEÇÃO XXXIV - DA RESCISÃO**

**111.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

**111.1.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**112.** A rescisão do contrato poderá ser:

**112.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, notificando-se a licitante vencedora com a antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, salvo no caso do inciso XVII; ou

**112.2.** Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo nesta Concorrência nº 02/2016, desde que haja conveniência para a Administração da Universidade Federal da Grande Dourados; ou

**112.3.** Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**113.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**114.** O termo de rescisão, sempre que possível, será procedido de:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**114.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**114.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**114.3.** Indenizações e multas.

### **SEÇÃO XXXV - DO RECEBIMENTO DA OBRA**

**115.** A Fiscalização deverá lavrar termo circunstanciado de recebimento provisório, assinado pelas partes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da comunicação por escrito da conclusão do objeto, pela contratada.

**115.1.** A aludida fiscalização, devidamente assistida pelos órgãos técnicos competentes, examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, das cláusulas do contrato e seus anexos, das especificações técnicas, e fará constar do termo de recebimento provisório todas as deficiências encontradas, que a contratada deverá sanar em prazo determinado, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

**116.** Comprovado o saneamento das deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, a Administração emitirá, em prazo de até sessenta dias, contados da comunicação por escrito da conclusão pela contratada, termo circunstanciado de recebimento definitivo do objeto, assinado pelas partes.

**117.** A obra somente será considerada concluída e em condições de ser recebida, depois de cumpridas todas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e atestada sua conclusão pela Universidade Federal da Grande Dourados.

### **SEÇÃO XXXVI - DAS CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS**

**118.** Na hipótese de divergência entre as Plantas e as Especificações Técnicas da obra, prevalecerá o constante das Especificações Técnicas.

**119.** As dúvidas e/ou omissões, porventura existentes nas Especificações constantes do **ANEXO I**, serão resolvidas pela área de engenharia da UFGD, de tudo dando ciência ao Pró-Reitor de Administração e à fiscalização do contrato.

**120.** Todos os trabalhos deverão ser executados por mão-de-obra qualificada, devendo a licitante vencedora estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada um dos serviços constantes das Especificações Técnicas.

**121.** A licitante vencedora ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Universidade Federal da Grande Dourados.

**122.** A licitante vencedora deverá manter, durante toda a execução da obra, em local estratégico, “*container*” tipo caçamba, para o recolhimento diário dos entulhos provenientes da obra.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



## **SEÇÃO XXXVII - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**123.** Tratando-se de produtos de procedência estrangeira, a Universidade Federal da Grande Dourados poderá exigir da licitante vencedora a apresentação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega dos equipamentos e materiais, dos documentos relativos à importação.

**124.** A licitante deverá indicar em sua proposta, ou encaminhar até a data de assinatura do contrato, o nome e o número do telefone do seu preposto, que estará sujeito à aceitação da Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, para representar a licitante vencedora na execução do contrato.

## **SEÇÃO XXXVIII - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**125.** É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Edital, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação (Documentação), devendo a Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

**126.** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Universidade Federal da Grande Dourados a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data marcada para recebimento dos envelopes “Documentação” e “Proposta”, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**127.** A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar desta Concorrência nº 02/2016 até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

**127.1.** A impugnação interposta deverá ser comunicada à Comissão Permanente de Licitação, logo após ter sido protocolizada no Serviço de Protocolo da Universidade Federal da Grande Dourados.

## **SEÇÃO XXXIX - DO REAJUSTE**

**128.** Na hipótese de o prazo de execução da obra exceder a 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, por motivos alheios à vontade da CONTRATADA, tais como, alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse da CONTRATANTE ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, Coluna 35, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa a CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando-se da seguinte fórmula:

$R = V \left( \frac{I - I_0}{I_0} \right)$ , onde:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



IO

R= Valor do reajuste procurado;

V= Valor constante da proposta;

I= Índice relativo ao mês do reajustamento;

D= Índice relativo ao mês da proposta

**128.1.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.

**128.2.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**128.3.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

**128.4.** A CONTRATADA apresentará memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

## **SEÇÃO XL - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 02/2016**

**129.** A critério da Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, esta Concorrência nº 02/2016 poderá:

**129.1.** Ser anulada se houver ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

**129.2.** Ser revogada, a juízo da Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

**129.3.** Ser a data de abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta” transferida, por conveniência exclusiva da Administração da Universidade Federal da Grande Dourados.

**130.** Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta Concorrência nº 02/2016:

**130.1.** A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93;

**130.2.** A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior; e

**130.3.** No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



---

## **SEÇÃO XLI - DOS ANEXOS**

- 131.** São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:
- 131.1.** **ANEXO I** – Projeto Básico/Executivo, Especificações e Documentos;
  - 131.2.** **ANEXO II** – Arquivo no formato “xls” contendo: Planilha Orçamentária de Quantidades e Preços; Planilha de Composição de Custos Unitários; e Cronograma Físico Financeiro; e Planilha de Composição do BDI;
  - 131.3.** **ANEXO III** – Plantas e Desenhos;
  - 131.4.** **ANEXO IV** – Modelos de Declarações exigidos no item 30;
  - 131.5.** **ANEXO V** – Modelo de proposta;
  - 131.6.** **ANEXO VI** – Minuta de Contrato;

## **SEÇÃO XLII - DO FORO**

- 132.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Dourados, Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Dourados-MS, 06 de outubro de 2016.

**Paulo Roberto Batista**  
**Presidente CPL - UFGD**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---



**ANEXO I**

**PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO, ESPECIFICAÇÕES E DOCUMENTOS**

1. Os arquivos referentes ao Projeto Básico, Executivos e demais Memoriais de especificações constam em arquivos digitais disponíveis no Anexo I divulgado junto com o edital, disponibilizados no portal da UFGD, junto ao endereço:

<http://portal.ufgd.edu.br/divisao/licitacao/concorrencia>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---



**ANEXO IV**

**MODELOS DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 30**

- a) Item 30, Subitem 30.1** – declaração de que as informações referentes aos Subitens 29.2.1 a 29.2.3 deverão ser consultadas no SICAF;
- b) Item 30, Subitem 30.5** - declaração indicando responsável técnico;
- c) Item 30, Subitem 30.8** - declaração observadas às penalidades cabíveis, da superveniência de fato impeditivo da habilitação (exigida somente em caso positivo).
- d) Item 30, Subitem 30.9** - declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz.
- e) Item 30, Subitem 30.10** - declaração para os fins da LC 123/2006 – microempresas e empresas de pequeno porte.
- f) Item 30, Subitem 30.11** – Modelo de declaração de Elaboração independente de proposta.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---



**ANEXO IV – A  
Item 30, Subitem 30.1 (modelo)**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos em atendimento ao previsto no Item 30, Subitem 30.1 do edital da Concorrência nº 02/2016 da UFGD, que as informações constantes dos documentos exigidos nos Subitens 29.2.1 a 29.2.3 deverão ser verificadas pelo cadastramento da empresa no SICAF.

Local e data

---

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

**Observações:** - Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---



**ANEXO IV – B**  
**Item 30, Subitem 30.5 (modelo)**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, em atendimento ao previsto no Item 30, Subitem 30.5 da Concorrência nº 02/2016 da UFGD, que o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF(MF) nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no \_\_\_\_/\_\_\_\_ sob o nº \_\_\_\_\_ é o(a) nosso(a) indicado(a) como Responsável Técnico para acompanhar a execução dos serviços, objeto da licitação em apreço.

Local e data

---

Assinatura e carimbo  
(do representante legal)

**Observações:** emitir em papel que identifique a licitante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---



ANEXO IV – C  
Item 30, Subitem 30.8 (modelo)

DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_(empresa), CNPJ (CNPJ) nº.  
\_\_\_\_\_, situada \_\_\_\_\_, declara  
sob as penas da Lei que há a superveniência dos seguintes fatos impeditivos da habilitação na  
Concorrência nº 02/2016 da UFGD: (exigida somente em caso positivo).

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(representante legal)

**Observação:** emitir em papel que identifique a licitante.

Utilizar quantas linhas for necessário.

***Declaração exigida somente em caso positivo.***



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---



**ANEXO IV – D**  
**Item 30, Subitem 30.9 (modelo)**

**D E C L A R A Ç Ã O**

.....(empresa), inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins de habilitação na Concorrência nº 02/2016 da UFGD, e em cumprimento ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local e data

---

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

**Observações:** emitir em papel que identifique a licitante.  
Declaração a ser emitida pela licitante.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---



**ANEXO IV – E  
Item 30, Subitem 30.10 (modelo)**

**DECLARAÇÃO**

DECLARAMOS, em cumprimento ao Edital de Concorrência nº 02/2016, e sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., enquadra-se na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

Local e data

---

**Representante Legal da Empresa**

RG:

CPF:

Observações: a) emitir em papel que identifique a licitante. b) declaração a ser obrigatoriamente assinada pelo representante legal da licitante e por seu respectivo contador; c) apresentar apenas no caso de se tratar de microempresa ou empresa de pequeno porte.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---



**ANEXO IV - F  
Item 30, Subitem 30.11 (modelo)**

(Identificação da Licitante)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante ou do Consórcio), doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo licitante/consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto a referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
“(Representante legal do licitante/consórcio, no âmbito  
da licitação, com identificação completa)”



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**ANEXO V**  
**MODELO DE PROPOSTA**

À

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Ref.: Concorrência nº 02/2016

Abertura dos envelopes:

Horário: \_\_\_\_\_ horas \_\_\_\_\_ minutos.

**Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, que trata a Concorrência nº 02/2016, para contratação de empresa prestadora de serviços de engenharia para Ampliação do Restaurante Universitário na Unidade II da UFGD, em Dourados/MS, conforme especificações constantes do respectivo edital e seus anexos.**

**02. Os prazos por nós indicados são os que se seguem:**

- a) prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias;
- b) prazo de execução dos serviços: ..... (.....) meses;
- c) prazo para início da obra: ..... (.....) dias; e
- d) prazo de garantia dos serviços: ..... (.....) anos.

**03. Para tanto, nos propomos a executar a integralidade da obra pelo preço constante da planilha de preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_).**

**04. Os dados da nossa empresa são:**

- a) Razão Social: \_\_\_\_\_;
- b) CGC (MF) n.º: \_\_\_\_\_;
- c) Inscrição Estadual n.º: \_\_\_\_\_;
- d) Inscrição Municipal nº \_\_\_\_\_;
- e) Endereço: \_\_\_\_\_;
- f) Fone: \_\_\_\_\_;
- g) Fax (se houver): \_\_\_\_\_;
- h) CEP: \_\_\_\_\_;
- i) Cidade: \_\_\_\_\_;
- j) Estado: \_\_\_\_\_;

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (do representante legal)

**Observação: emitir em papel que identifique a licitante.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ANEXO VI  
MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA GRANDE DOURADOS E  
A EMPRESA..... PARA A  
EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO  
DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO –  
RU NA UNIDADE II DA UFGD, EM  
DOURADOS/MS.**

A Universidade Federal da Grande Dourados, denominada CONTRATANTE, com sede na Rua João Rosa Góes, 1761, Vila Progresso, em Dourados-MS, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 07.775.847/0001-97, nesse ato representada pela Magnífica Reitora Professora Liane Maria Calarge, brasileira, solteira, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxx, e de outro lado a empresa ....., inscrita no CNPJ (MF) sob o nº ....., estabelecida no ....., doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por ....., portador da Cédula de Identidade nº ..... e CPF (MF) nº ....., de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por ....., têm entre si justo e avençado e celebram o presente contrato para a **Execução da Obra de Ampliação do Restaurante Universitário – RU na Unidade II da UFGD**, em Dourados/MS, de conformidade com a Concorrência nº 02/2016 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, constantes do Processo UFGD – 23005.001569/2015-32, sujeitando-se a CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E REGIME DO CONTRATO**

1. O presente Contrato tem como objeto a execução, sob o regime de empreitada por preço unitário, Ampliação do Restaurante Universitário **na Unidade II da UFGD**, em Dourados/MS, conforme especificado no Edital da Concorrência nº 02/2016 e seus anexos, bem assim na proposta da CONTRATADA, os quais integram esse contrato para todos os efeitos de direito.

2. Para efeito deste Contrato, considera-se como obra a execução da totalidade dos serviços constantes do Edital da Concorrência nº 02/2016.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



---

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRAS A SEREM CONTRATADAS**

1. A obra ora contratada compreende a execução dos serviços constantes dos projetos, partes integrantes deste Contrato.

1.1. Entende-se por projeto o conjunto de: desenhos, especificações e demais elementos gráficos contendo as informações técnicas relativas à execução do objeto.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DE EXECUÇÃO DA OBRA**

1. O terreno onde será executada a obra situa-se na Rodovia Dourados - Itahum, Km 12, na Unidade II da UFGD, em Dourados/MS.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

2. O valor total deste Contrato é de R\$.....  
(.....), discriminado de acordo com a planilha integrante de preços e cujo pagamento se dará na forma do cronograma físico-financeiro.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE**

1. Na hipótese de o prazo de execução da obra exceder a 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, por motivos alheios à vontade da CONTRATADA, tais como, alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse da CONTRATANTE ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, Coluna 35, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa a CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$R = V \left( \frac{I - I_0}{I_0} \right), \text{ onde:}$$

R= Valor do reajuste procurado;

V= Valor constante da proposta;

I= Índice relativo ao mês do reajustamento;

I<sub>0</sub>= Índice relativo ao mês da proposta

2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.

3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

5. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA**

1. A obra deverá ser executada no prazo máximo de 360 (trezentos) dias corridos, conforme previsto no Edital e na proposta apresentada pela contratada, considerando o disposto no item 1.1 desta Cláusula.

1.1. O prazo para início da obra será de até 05 (cinco) dias contados da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço expedida pela CONTRATANTE;

1.2. qualquer serviço a ser realizado aos sábados, domingos e feriados, deverá ser previamente comunicado à CONTRATANTE;

a) Quaisquer serviços a serem realizados fora dos horários de expediente dependerão de prévia e formal comunicação à CONTRATANTE e não implicarão nenhuma forma de acréscimo ou majoração do preço pactuado para a execução da obra ora contratada, razão pela qual será improcedente a reivindicação de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, bem, ainda, “horas-extras” ou “adicionais-noturnos”, uma vez que a CONTRATADA se obrigará a dimensionar o horário dos trabalhos de acordo com os parâmetros apontados neste Contrato.

2. O prazo de garantia da obra será de 5 (cinco) anos.

3. O prazo previsto no item 1.1 desta Cláusula poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela CONTRATADA, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração da CONTRATANTE.

4. **A ordem de serviço somente será emitida após a apresentação, PELA CONTRATADA, do PPRA e PCMAT, PCMSO e LTCAT devidamente confeccionados na forma das legislações trabalhistas, previdenciária e sanitária vigentes.**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO SEGURO**

1. A CONTRATADA deverá fazer em companhia idônea e apresentar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura deste Contrato, seguro contra riscos de engenharia com validade para todo o período de execução da obra.

1.1. Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a CONTRATADA responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à coisa pública, propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução da obra.

2. A CONTRATADA deverá, ainda, na forma da lei, fazer e apresentar, no mesmo prazo estipulado no item anterior, seguro obrigatório contra acidentes de trabalho,





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



com validade para todo o período de execução da obra, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA**

1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, podendo essa optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 2.1. Prejuízo ou danos causados à CONTRATANTE;
- 2.2. Prejuízo ou danos causados a terceiros pela CONTRATADA;
- 2.3. Multa moratórias e punitivas impostas à CONTRATADA;
- 2.4. Quaisquer débitos da CONTRATADA para com encargos trabalhistas e previdenciários;
- 2.5. Quaisquer débitos para com os empregados que vierem a trabalhar na obra, caso não honradas pela CONTRATADA;
- 2.6. Quaisquer obrigações não cumpridas pela CONTRATADA em relação ao presente contrato e previstas no ordenamento jurídico do país.

3. Não serão aceitas garantias que não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 2.1 a 2.6 desta cláusula.

4. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta remunerada na Caixa Econômica Federal, em favor da UFGD.

5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,05 (cinco centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

6. O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da UFGD. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

7. O garantidor não parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

8. Será considerada extinta a garantia:

- 8.1. Com a devolução da apólice, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



- 8.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, seja por rescisão, por implemento de prazo ou por qualquer outro motivo, caso a Administração não comunique ocorrência de sinistros.
9. A UFGD não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais hipóteses seguintes:
- 9.1. Caso fortuito ou força maior;
  - 9.2. Alteração das obrigações contratuais, sem a prévia anuência da seguradora ou do fiador;
  - 9.3. Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
  - 9.4. Atos lícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
10. Caberá à própria Administração apurar a isenção de responsabilidade prevista nos subitens 9.1 a 9.4 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte do processo.
11. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 9 desta cláusula, **nem, muito menos, garantias que prevejam a cláusula pro rata tempore.**

#### **CLÁUSULA NONA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE**

- 1. Caberá a CONTRATANTE:
  - 1.1. Permitir o livre acesso dos empregados da licitante vencedora ao local da obra;
  - 1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da licitante vencedora;
  - 1.3. Acompanhar e fiscalizar o andamento da obra, por intermédio de Comissão para tanto formalmente designada, que deverá, ainda, atestar as faturas;
  - 1.4. Autorizar quaisquer serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido à Universidade Federal da Grande Dourados e aprovado pela Administração, desde que comprovada a necessidade deles;
  - 1.5. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela Universidade Federal da Grande Dourados ou com as especificações constantes do Edital da Concorrência nº 02/2016, em particular, do seu Anexo I;
  - 1.6. Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes do Anexo I da Concorrência nº 02/2016.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



1. Caberá à CONTRATADA, além dos encargos previstos no Anexo I do Edital da Concorrência nº 02/2016.

1.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução da obra, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelas leis do

País;

1.2. **Apresentar à CONTRATANTE, mensalmente, os seguintes documentos:**

a) cópia da folha de ponto, devidamente assinada, dos empregados alocados na obra, relativamente ao mês anterior;

b) cópia analítica da folha de pagamento dos empregados alocados na obra, relativamente ao mês anterior;

c) cópia dos contracheques dos empregados alocados na obra, devidamente assinados e detalhados, relativamente ao mês anterior;

d) cópia da guia GFIP relativamente ao mês/competência anterior, devendo ser apresentada com todos os seus detalhamentos, inclusive com o “conectividade social”;

e) cópia das CTPS dos empregados que forem admitidos no mês;

f) Atestado de Saúde Ocupacional Admissional dos funcionários contratados durante a execução da obra;

g) cópia dos termos de rescisão de contrato de emprego que forem firmados no mês, assim como do **Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e do atestado de Saúde Ocupacional Demissional, quando a exigência se aplicar.**

1.3. Manter, ainda, os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE;

1.4. Responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução da obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---



1.5. Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução da obra;

1.6. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus empregados na obra ou no recinto da CONTRATANTE;

1.7. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução do projeto, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas da obra a executar;

1.8. Verificar e comparar todos os desenhos fornecidos para execução dos serviços:

a) no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à CONTRATADA formular imediata comunicação escrita à CONTRATANTE, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento da obra.

1.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados referentes à obra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização;

1.10. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;

1.11. Fornecer instalações adequadas para a fiscalização da obra;

1.12. Instalar uma placa de identificação da obra com os dados necessários e na forma da legislação pertinente;

1.13. Remover o entulho e todos os materiais que sobrarem, promovendo a limpeza do local da obra, durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final;

1.14. Prestar a garantia em relação aos serviços, exigida pelo presente Edital, conforme o disposto no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93;

1.15. Submeter à aprovação da CONTRATANTE, antes do início dos trabalhos, a relação nominal de seu pessoal técnico envolvido com a execução da obra;

1.16. Permitir, aos técnicos da CONTRATANTE e àqueles a quem a UFGD formalmente indicar, acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados com o objeto;

1.17. Fornecer e preencher o Diário de Obra, conforme Cláusula Décima Quarta deste Contrato;

1.18. Comunicar à Administração da CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

1.19. Responsabilizar-se pela construção, operação, manutenção e segurança do canteiro de obras, vigilância, organização e manutenção do esquema de prevenção de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



incêndio, bem como outras construções provisórias necessárias, conforme previsto nas Especificações Técnicas;

1.20. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela Comissão fiscalizadora da CONTRATANTE e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;

1.21. Responsabilizar-se por todo transporte necessário à prestação dos serviços contratados, bem como por ensaios, testes ou provas necessários, inclusive os mal executados;

1.22. Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a fiscalização da CONTRATANTE julgar necessário;

1.23. Providenciar, após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA da região onde os serviços serão realizados, entregando uma via CONTRATANTE;

1.24. Exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-a à Unidade de fiscalização da CONTRATANTE, quando solicitado;

1.25. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;

1.26. Submeter à aprovação da Comissão fiscalizadora da CONTRATANTE, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado;

1.27. Submeter à Comissão fiscalizadora da CONTRATANTE as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;

1.28. Entregar o Termo de Garantia dos materiais fornecidos, garantia essa de no mínimo 5 (cinco) anos, a contar da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo. A garantia incluirá mão-de-obra e substituição de peças ou materiais, desde que não fique caracterizado o uso inadequado por parte do usuário;

1.29. Garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro;

1.30. Durante o período de garantia de que tratam as Cláusulas 1.28 e 1.29, a CONTRATADA deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pela Universidade Federal da Grande Dourados, atender aos chamados da CONTRATANTE no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial; e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



1.31. Manter, durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Concorrência nº 02/2016.

1.32. Apresentar à CONTRATANTE, na forma exigida nesse contrato, **o PPRA e PCMAT, PCMSO e o LTCAT, devidamente confeccionados na forma das legislações trabalhista, previdenciária e sanitária vigentes.**

1.33. Apresentar a CONTRATANTE, nos termos da NR 18 do MTE, no prazo de até 30 (trinta) após o início das atividades:

1.33.1. Atestado de Saúde Ocupacional Admissional;

1.33.2. Comprovante de Treinamento Admissional e periódico;

1.33.3. Ficha de entrega dos Equipamentos de Proteção Individual (Epis).

2. Caberá, ainda, à CONTRATADA, como parte de suas obrigações:

2.1. Efetuar o registro do Contrato no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/MS, cumprindo-se o disposto da Lei nº 6.496, de 07.12.77;

2.2. Indenizar ou restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos;

2.3. Remanejar quaisquer redes ou empecilhos, porventura existentes no local da obra; e

2.4. Cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS**

1. À CONTRATADA caberá, ainda:

1.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

1.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Universidade Federal da Grande Dourados;

1.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência; e





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



1.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.

2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

1.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal da Universidade Federal da Grande Dourados durante a vigência do contrato;

1.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e

1.3. É vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste Contrato;

1.3.1. A subcontratação parcial dos serviços só será admitida se previamente autorizada pela Administração da CONTRATANTE, sendo necessário observar:

a) as parcelas do objeto para as quais se exige capacitação técnico-profissional não podem ser subcontratadas;

b) a empresa subcontratada deverá comprovar perante a CONTRATANTE que está em situação regular perante a Fazenda Pública, inclusive quanto à Previdência Social e o FGTS;

c) entre os diretores, responsáveis técnicos ou sócios da empresa subcontratada não poderão constar funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado da UFGD.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. Caberá à licitante vencedora providenciar, junto ao CREA/MS, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica-ART relativa aos serviços do presente objeto, de acordo com a legislação vigente.

2. O responsável técnico pelos serviços a serem desenvolvidos deverá ter vínculo formal com a CONTRATADA e deverá ser o indicado na fase de habilitação do certame licitatório.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



1. A execução da obra será acompanhada e fiscalizada Equipe Técnica de Engenharia da Universidade Federal da Grande Dourados, devendo:

1.1. Promover as avaliações das etapas executadas, observando o disposto no Cronograma Físico-Financeiro **e na respectiva planilha de custos unitários**; e

1.2. **Apresentar à CONTRATANTE, mensalmente, os seguintes documentos:**

- a) cópia da folha de ponto, devidamente assinada, dos empregados alocados na obra, relativamente ao mês anterior;
- b) cópia analítica da folha de pagamento dos empregados alocados na obra, relativamente ao mês anterior;
- c) cópia dos contracheques dos empregados alocados na obra, devidamente assinados e detalhados, relativamente ao mês anterior;
- d) cópia da guia GFIP relativamente ao mês/competência anterior, devendo ser apresentada com todos os seus detalhamentos, inclusive com o “conectividade social”;
- e) cópia das CTPS dos empregados que forem admitidos no mês;
- f) cópia dos termos de rescisão de contrato de emprego que forem firmados no mês.

2. Além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços, o servidor designado, devidamente autorizado, poderá ainda sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

3. A CONTRATADA providenciará e manterá Diário de Obras (livro de capa resistente) com páginas numeradas e rubricadas pela fiscalização, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro.

3.1. Ao final da obra, o Diário referido será de propriedade da Administração da CONTRATANTE.

4. O representante da CONTRATANTE anotarà em Diário de Obra, a ser fornecido pela CONTRATADA, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

4.1. O Diário de Obra deverá ter todas as suas páginas numeradas em ordem seqüencial, de 01 (um) a 50 (cinquenta), em 3 (três) vias, e rubricadas pela fiscalização. Caberá ao responsável técnico da CONTRATADA o seu preenchimento. Será dada ciência do preenchimento do Diário à fiscalização dos serviços que, após efetuar no Diário as anotações mencionadas no caput da presente item, destacará a primeira via de cada página, para seu controle e arquivo. A segunda via será destacada e arquivada pela CONTRATADA, ficando a terceira via no próprio Diário.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



5. A CONTRATADA deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação da Administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

6. A CONTRATADA deverá manter no local da obra, durante a sua execução, 01 (um) engenheiro residente em tempo integral, inscrito no CREA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que na ausência do responsável técnico, se não for o próprio, para representá-la sempre que for necessário.

7. A fiscalização do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas ao agente público competente em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ATESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. A atestação das faturas referente às etapas da obra objeto deste Contrato caberá à Equipe Técnica de Engenharia da UFGD, a quem caberá se for o caso, valer-se do apoio de outros setores da Universidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DESPESA**

1. A despesa com a execução dos serviços, no valor de R\$ \_\_\_\_\_, (\_\_\_\_\_), mediante a emissão da respectiva nota de empenho nº....., datada de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ , está a cargo do elemento orçamentário ..... - Obras em andamento, pertencente ao programa de trabalho ....., fonte .....

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

1. Obedecido ao Cronograma Físico-Financeiro, a licitante vencedora solicitará ao órgão competente da Universidade Federal da Grande Dourados a medição dos trabalhos executados.

2. Uma vez, medidos os serviços pela fiscalização, a licitante vencedora apresentará nota fiscal/fatura de serviços para liquidação e pagamento da despesa pela Universidade Federal da Grande Dourados, mediante ordem bancária creditada em conta corrente no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação dos documentos ao setor de pagamento da Universidade Federal da Grande Dourados, situada na Unidade I da UFGD – Rua João Rosa Góes, 1761, Dourados - MS, CEP 79825-070.

2.1. Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



2.2. As medições serão efetuadas pela fiscalização, obedecendo-se ao cronograma físico-financeiro, a **planilha** e as especificações e os desenhos do projeto;

2.2.1. Nas medições será emitido o “Boletim de Medição dos Serviços”, em duas vias, ambas assinadas com o “De acordo” do Responsável Técnico, que ficará com uma das vias.

2.2.2. Serão emitidos os “Boletins de Medição dos Serviços”, em duas vias, que deverão ser assinadas com o “De acordo” do Responsável Técnico, o qual ficará com uma das vias;

3. A critério da fiscalização e no exclusivo interesse da CONTRATANTE, as medições poderão ser feitas considerando-se os materiais e equipamentos fornecidos e depositados no canteiro da obra. Neste caso, o valor a ser levado em conta para efeito de pagamento será o custo dos materiais e equipamentos constante das composições de custos unitários apresentadas pela CONTRATADA;

3.1. Entende-se por custo a cotação de preço apresentada pela CONTRATADA na Concorrência nº 02/2016, menos o BDI contratual; e

3.2. O BDI relativo aos materiais e equipamentos, bem, ainda, a parcela dos serviços relativos à mão-de-obra e respectivo BDI, serão pagos após a efetiva e completa aplicação dos materiais e instalação dos equipamentos;

4. Sem prejuízo de outras exigências contidas neste contrato, o pagamento da primeira fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer após a comprovação do cumprimento das cláusulas sétima e oitava deste contrato, e com a apresentação dos seguintes documentos:

4.1. Registro da obra no CREA/MS;

4.2. Matrícula da obra no INSS; e

4.3. Relação dos Empregados - RE.

5. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados, os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

6. A CONTRATANTE poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos deste Contrato.

7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

7.1. Por ocasião dos pagamentos, deverá ser observado, ainda, se a CONTRATADA encontra-se regular para com a Fazenda Pública (municipal, estadual e federal), a Previdência Social, o FGTS, a Justiça do Trabalho e para com as documentações



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



trabalhistas exigidas (cópia da folha de ponto, cópia analítica da folha de pagamento dos empregados alocados na obra, cópia detalhada dos contracheques dos empregados e cópia completa da guia **GFIP**), conforme exigido nesse contrato.

8. O prazo de pagamento do fornecimento e dos serviços será contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

8.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$  Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX/100) \times \frac{365}{365}$  I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.2. A atualização financeira prevista nesta Cláusula será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**

1. A vigência deste Contrato será de 390 (trezentos) dias, contados da data limite para início da execução da obra, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

2. Desde que devidamente justificada, conforme exigência do § 2º do artigo 57 da Lei 8.666/93, a vigência do contrato poderá ser prorrogada caso fique configurada alguma das hipóteses elencadas no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO AMPARO LEGAL**

1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da Concorrência nº 02/2016, conforme previsto no artigo 22, inciso I, § 1º, combinado com o artigo 23, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.666/93.

2. Os serviços foram adjudicados em favor da CONTRATADA, conforme despacho exarado no processo nº UFGD – 23005.001569/2015-32, tomando como base o disposto no artigo 45, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



---

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

1. A execução deste Contrato, bem, ainda, os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS**

1. Na forma do art. 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/1993, e desde que haja interesse da UFGD, o valor inicial do contrato poderá ser aumentado ou suprimido, nos casos gerais, em até 25% (vinte e cinco por cento), bem como aumentado ou suprimido, no caso de reforma, em até 50% (cinquenta por cento).

1.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e

1.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes contratantes.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

1. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, incisos I, II e §§ 3º, 4º, 5º e 6º da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração da CONTRATANTE e mediante as justificativas devidas.

1.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; e
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos no artigo 65 da Lei de Licitações; e

2. Em caso de supressão da obra, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES**

1. Salvo as situações específicas contidas no item 1.1 deste CONTRATO, o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10%





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



(dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente.

1.1. Em caso de não cumprimento das etapas do cronograma físico-financeiro da obra será aplicada à empresa contratada, por ocasião de cada medição, multa equivalente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

1.2. Será tolerada, em cada medição, a defasagem do cronograma físico-financeiro de até 10% (dez por cento).

2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Concorrência nº 02/2016, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

2.1. Advertência;

2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

2.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração da CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos itens anteriores:

3.1. Pela não apresentação da apólice de seguro contra riscos de engenharia e acidentes de trabalho, conforme disposto na Cláusula Sétima;

3.2. Pela não apresentação da garantia de que trata a Cláusula Oitava;

3.3. Pelo atraso na execução da obra, em relação ao prazo proposto e aceito;

3.4. Pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro;

3.5. Pela recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na execução da obra, que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data da rejeição;

3.6. Pela recusa em refazer qualquer serviço que vier a ser rejeitado caracterizado se a medida não se efetivar no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data de rejeição;

3.7. Pelo descumprimento de alguma das Cláusulas e dos prazos estipulados neste Contrato e em sua proposta.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



4. Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 3 desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

5. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA RESCISÃO E DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO**

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

1.1. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

2. A rescisão do Contrato poderá ser:

2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a licitante vencedora para apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias, contados na forma da lei.

2.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE; e

2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

4. Sem prejuízo dos direitos conferidos à Administração neste instrumento, assim como daqueles decorrentes do regime jurídico do contrato, ficam-lhe assegurados os direitos previstos nos artigos 58, 77, 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DA OBRA**

1. Depois de concluída, a obra será recebida provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes ou contestar o recebimento, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da comunicação escrita encaminhada pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

2. O recebimento definitivo da obra será efetuado pela UFGD, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, necessários à observação, ou à vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



3. A obra somente será considerada concluída e em condições de ser recebida, depois de cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela CONTRATANTE.

4. O recebimento definitivo da obra somente ocorrerá após entrega, pela CONTRATADA:

- a) da documentação “*as built*”, elaborada pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando a obra;
- d) carta “habite-se” emitida pelo órgão municipal competente; e
- e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

1. Este Contrato fica vinculado aos termos do edital da Concorrência nº 02/2016, cuja realização decorre da autorização do Pró-Reitor de Administração, constante do UFGD – 23005.001569/2015-32.

2. Serão partes integrantes deste Contrato a Concorrência nº 02/2016 e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO**

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Dourados - MS, Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA CONCLUSÃO**

1. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato de Concessão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Dourados-MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
LIANE MARIA CALARGE  
Reitora da UFGD



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---



**REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_